



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 368/16

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 3ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ECONOMIA E DA 7ª COMISSÃO DE ADM., SEG. REL. DO TRABALHO, ASSUNTOS MUNICIPAIS E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Processo nº - 0001865/16

Relator: Deputado *Edval Gata*

Através da Mensagem nº 35/2016, o Chefe do Poder Executivo Estadual, encaminha a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 295/2016, que “Fixa os valores dos adicionais de insalubridade e periculosidade, altera a Lei Estadual nº 5.247, de 26 de julho de 1991, e dá outras providências.”.

Com a medida procura-se solucionar o problema ocasionado pela diversidade de interpretações normativas, uma vez que atribuirá valores nominais específicos aos adicionais mencionados, segundo critérios unicamente objetivos, genéricos e impessoais, tais como o grau de insalubridade ou periculosidade do ambiente de trabalho e o tempo de exposição às circunstâncias insalubres ou perigosas, medido de acordo com a jornada de trabalho a que se submete cada servidor.

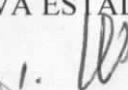

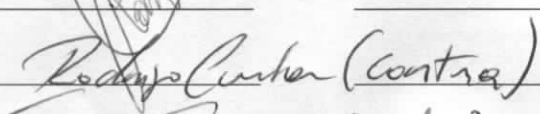
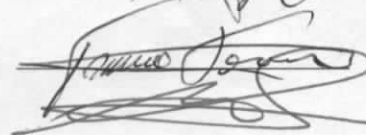
A adoção desta medida irá conferir um tratamento igualitário aos servidores que trabalham em situação equivalente, em respeito aos princípios da isonomia e da dignidade da pessoa humana, e possibilitará uma sensível diminuição no número de demandas judiciais que visem discutir a matéria, além de gerar uma economia aos cofres públicos, com a minimização dos efeitos da judicialização do tema no Estado.

ANEXADO AO SAPI
Em 31/08/2016

Inexistindo óbices quanto ao aspecto regimental que nos compete examinar, somos de parecer favorável a aprovação do presente projeto, com a emenda aditiva da 2ª Comissão em anexo e rejeição da emenda aditiva de autoria do Senhor Deputado Francisco Tenório.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 30 de agosto de 2016.

 PRESIDENTE _____
 RELATOR _____
 Rodolfo Cunha (contra) _____
 Francisco Tenório (contra) _____



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

EMENDA ADITIVA

Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 295/16

~~APROVADO~~
Em 31 / 08 / 2016
~~PRESIDENTE~~

Acrescente-se ao art. 2º o seguinte parágrafo:

Art. 2º -

§ 1º- O adicional previsto no caput deste artigo, será devido também aos integrantes da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 30 de agosto de 2016.

~~REJEITADA~~
Em 31 / 08 / 2016
~~PRESIDENTE~~ Dep. Francisco Tenório

293,7ª COMISSÃO
SOMOS PELA REJEIÇÃO DA PRESENTE EMENDA.
MACEIÓ, <u>30 / 08 / 2016</u>
<u>1.</u>